

---

## O conceito de Renda Básica Universal no webjornalismo brasileiro: uma análise sobre a repercussão do tema entre 2004 e 2023<sup>1</sup>

Ana Letícia Pinheiro da Silva FERRO<sup>2</sup>

Ramon Bezerra COSTA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

### RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a repercussão da Renda Básica Universal (RBU) nos dois principais portais de webjornalismo do Brasil, G1 e Universo Online (UOL), no período que compreende a sanção da Lei da Renda Básica, Lei nº 10.835 em 2004 e o primeiro semestre de 2023, para contemplar o início do debate no país e o decreto oficial do fim da pandemia da COVID-19. A metodologia escolhida é realizar uma pesquisa de caráter exploratório, partindo do levantamento quantitativo das matérias no espaço temporal de dezenove anos e posterior a análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma valorização do tema após a pandemia da COVID-19, anteriormente sendo tratado pontualmente de maneira superficial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Renda Básica Universal; Webjornalismo; Cobertura Midiática; Análise de Conteúdo.

### 1 INTRODUÇÃO

O programa de Renda Básica Universal (RBU) é uma ideia antiga, cujo nascimento é atribuído à proposta de Thomas Paine, quando propôs no Ensaio Justiça Agrária (2019 [1796]), a criação de um fundo de transferência para aqueles que adentrassem na maioridade. Após mais de duzentos anos de aperfeiçoamento, a RBU pode ser definida enquanto um programa de transferência de renda contínuo e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de graduação. 6º semestre do curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, e-mail: [analeferro@icloud.com](mailto:analeferro@icloud.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da UFMA. Doutor em comunicação pela UERJ, e-mail: [ramon.bezerra@ufma.br](mailto:ramon.bezerra@ufma.br)

incondicional, a ser transferido pelo governo à sua população de maneira individual, numa quantia modesta (PARIJS, 2000). A RBU pretende satisfazer as necessidades básicas da população para que então possam complementar a renda estando com alguma garantia de poder de compra. O programa prescreve a transferência em dinheiro, sem condicionar quem recebe e o que deve ser feito com essa quantia.

Dentre as principais características da Renda Básica, segundo Parijs (2000), têm-se o fato do programa ser pago por uma comunidade política, portanto os recursos seriam administrados pelo poder público. Esse é o ponto de partida de críticas para a RBU, levantando questões sobre fonte de recursos. A universalidade, que aparece no nome do projeto, acaba por igualar a população, uma vez que a incondicionalidade leva a uma situação de uma mínima equidade social para todos, podendo ser inclusive um forte ponto de conexão com a área da comunicação, definida por Sodré (2014) enquanto um processo de vincula o social.

A conexão entre a RBU e comunica o fundamenta a necessidade de identificar como o debate sobre o tema acontece no webjornalismo brasileiro, mas antes   preciso situar qual a história da política brasileira com o programa. Na história recente no Brasil, o debate   marcado pelo projeto de lei do vereador Eduardo Suplicy, a Lei n.º 10.835, sancionada no Brasil em janeiro de 2004 que institui a renda básica de cidadania a partir de 2005:

“Art. 1º   instituída, a partir de 2005, a renda básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condi o socioecon mica, receberem, anualmente, um benefício monetário.”

Para o levantamento quantitativo desse trabalho, o marco inicial da análise   o ano de san o da lei por ser a referência escolhida para representar o início do debate no Brasil, compreendendo a repercussão ao longo do ano de 2004. Para marcar o final da análise, fica determinado o primeiro semestre de 2023, por ser o ano do final oficial da pandemia da COVID-19, decretado pela Organiza o Mundial da Saúde (OMS).

---

Ao longo desses dezenove anos, a Lei da Renda Básica de Cidadania, como também é chamada, foi revisitada por conta do Auxílio Emergencial, em 2020, alterando-a para adequar às situações emergenciais de epidemias e pandemias, como era o caso da pandemia da Covid-19. O Projeto de Lei (PL) Nº 873/2020, altera a lei “[...] para instituir a Renda Básica de Cidadania Emergencial e ampliar benefícios aos inscritos no Programa Bolsa Família e aos cadastrados no CadÚnico”, trazendo outro ponto importante da construção da RBU no Brasil: sua associação ao Bolsa Família. O próprio vereador Suplicy (2005), indica que o Bolsa Família é uma espécie de primeiro passo para a instituição da Renda Básica no país, entretanto é importante apontar as diferenças entre os programas, ponto a ser verificado mais a frente após o levantamento quantitativo das matérias.

Além das relações com a Lei da Renda Básica de Cidadania, a história da RBU no Brasil é marcada pela criação da Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB), em 2019, reunindo pessoas com o mesmo propósito de educar a população sobre o assunto, a partir da disseminação de pesquisas e do incentivo ao debate. A Rede é suprapartidária e traz o ponto de vista de defesa da Renda Básica e do diálogo plural sobre a implementação do programa, uma vez que reconhece a diversidade do país e portanto a necessidade de pensar projetos para cada contexto regional.

O programa retoma o destaque por conta da pandemia, como citado anteriormente por conta do Auxílio Emergencial, e, em 2022, é citado no Plano de governo do candidato à presidência nas eleições daquele mesmo ano, Ciro Gomes:

“Vamos implantar o programa de Renda Mínima Universal, que daremos o nome de Eduardo Suplicy, englobando os pagamentos feitos pelo Auxílio Brasil, o Seguro Desemprego e a Aposentadoria Rural.” (Pg 14)

O espaço temporal para análise do debate da RBU no webjornalismo brasileiro, portanto está definido pelos marcos principais, a instituição da Lei e o fim da pandemia da Covid-19, por serem dois momentos de grande movimentação para o debate. Tendo por base os momentos citados, é de se esperar que o debate sobre a Renda Básica seja

---

mais forte próximo às movimentações sobre a Lei e também com a pandemia que se iniciou em 2020.

## **2 PORQUE ANALISAR A RBU NO WEBJORNALISMO BRASILEIRO**

Apresentado o contexto do debate sobre a Renda Básica no Brasil e seus principais pontos de destaque, além da conexão entre o programa e a comunicação, faz-se necessária a análise do comportamento jornalístico para compreender quando e como essa temática é repassada para a sociedade. Nesse sentido, o espaço escolhido foi o do webjornalismo, tendo enquanto principal motivo para escolha, seu caráter dinâmico que altera o processo de produção e apreensão do conteúdo (CANAVILHAS, 2003), pela proximidade e possibilidades que um conteúdo digital tem de alcance e propagabilidade.

A escolha da análise da cobertura midiática está respaldada na necessidade de partir da unidade base, a notícia, e destrinchar seus elementos a fim de extrair o de maior alcance, portanto as manchetes, para apreender qual o posicionamento inicial dos portais sobre a proposta. Por tratar-se de um tema controverso, como pontuado por Parijs e Vanderborght (2017), é necessária uma explicação transparente e completa, procurando não incentivar sensacionalismo ou fake news sobre o tema.

Os portais escolhidos para o levantamento quantitativo e análise, G1 e UOL, assim o foram por duas principais razões: alcance e tempo de funcionamento. O G1 é o portal de notícias mantido pelo grupo Globo, cujo lançamento data de setembro de 2006, próximo à sanção da Lei da Renda Básica e com o alcance de 92 milhões de usuários únicos, segundo dados de maio de 2023 da Comscore, empresa estadunidense de análise de internet. Quanto ao Universo Online (UOL), fundado em abril de 1996, seu alcance é maior, segundo o mesmo relatório da Comscore, possuía em maio de 2023, cerca de 104 milhões de usuários únicos.

Devido ao fluxo de usuários verificado pelo relatório da Comscore e pelo tempo de 17 e 27 anos no ar, respectivamente, o G1 e o UOL representam a história do

---

webjornalismo brasileiro, sendo exemplos das mudanças do jornalismo no espaço digital e também da opinião da mídia sobre determinados assuntos. Quanto à análise de conteúdo, o levantamento tratará apenas dos títulos e subtítulos das matérias, baseando-se na metodologia proposta por Franco (2008).

No campo da pré-análise defendida por Franco, a análise do começo das matérias explicada até aqui corresponde aos principais pontos sobre a escolha dos materiais analisados: exaustividade, representatividade e homogeneidade. Respectivamente, o contexto geral da retirada das matérias já foi explanado, bem como a redução temporal e local de fontes, para enfim obedecerem a critérios de escolha que estejam dentro dos objetivos da análise (Franco 2008). Além desses pontos, cabe pontuar a hipótese em teste, já pontuada, em que há uma conexão entre a comunicação e a Renda Básica, e a forma como a mídia coloca o tema, bem como as características do programa, são processos intensos de produção de sentido e vinculação social comum, portanto os resultados do levantamento quantitativo e posterior análise de conteúdo refletem a maneira como o assunto é tratado, o que, a verificar pelos marcos temporais, pode indicar o desmerecimento do tema.

A escolha da análise da cobertura midiática está respaldada na necessidade de partir da unidade base, a notícia, e destrinchar seus elementos a fim de extrair o de maior alcance, portanto as manchetes, para apreender qual o posicionamento inicial dos portais sobre a proposta. Por tratar-se de um tema controverso, como pontuado por Parijs e Vanderborght (2017), é necessária uma explicação transparente e completa, procurando não incentivar sensacionalismo ou fake news sobre o tema.

Abarcar um período tão extenso diz respeito também às mudanças do webjornalismo e suas distintas gerações, como posto por Ito (2018), quando aborda a questão das diferenças entre o processo de *gatekeeping* e de *gatewatching*. Essa diferenciação serve como ponto de partida para a análise quantitativa dos portais e portanto como funciona o seu processo de publicação na chamada terceira geração do webjornalismo.

“[...] o gatewatching seria uma nova postura de jornalistas/editores que, na web, possuem muito mais espaço disponível para publicar e, por isso, atuam como observadores da rede, não deixando passar informações relevantes que emergem a todo o momento de diversos ambientes on-line. Neste processo, os gatewatchers observam publicações na concorrência ou em outras fontes (como blogs e mídias sociais, por exemplo) com o objetivo de identificar o que merece ser publicado, no momento em que estiver disponível na internet.” (Pg 133)

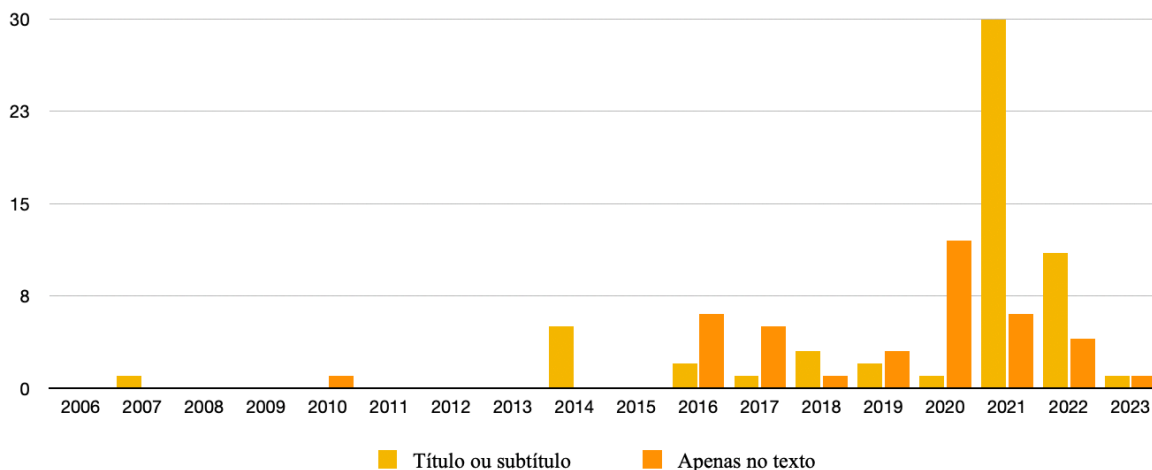
### 3 RESULTADOS QUANTITATIVOS E ANÁLISE

A pesquisa de levantamento quantitativo foi realizada por meio das ferramentas de busca dentro dos sites atuais, além de utilizar dos filtros de tempo personalizado de busca inseridas no Google Notícias. No site do G1, é possível realizar a personalização do tempo de qualquer busca, ao “filtrar por data”, enquanto na UOL as pesquisas dentro do site atual não possuíam opção de filtro por data.

Ambos os portais possuem seus espaços de notícias individuais e também direcionam para outros. No caso do G1, o portal direciona para os programas do Grupo Globo, sendo o portal digital de todo o grupo. Já a UOL hospeda diferentes portais, como o do jornal Folha de São Paulo. Nesse sentido, os resultados levantados dizem respeito a todos os resultados veiculados nos referidos portais, pois como apontado anteriormente, revelam as mudanças do webjornalismo e por essa razão é necessário incluir tudo que esteja apontado enquanto resultado para os termos chave no período de 2004 ao primeiro semestre de 2023. O termo pesquisado para atingir o objetivo principal deste trabalho foi “renda básica universal”.

#### 3.1 PORTAL G1

Gráfico 1 — “Renda Básica Universal” no Portal <https://g1.globo.com/> entre 2006 e 2023



---

O Gráfico 1 demonstra dois recortes da pesquisa inicial no portal do G1 desde o ano de seu lançamento até o dia 31/06/2023. O primeiro recorte é a categoria “Título ou subtítulo” no qual os termos principais foram encontrados ou no título ou no subtítulo da matéria. As pesquisas foram realizadas filtrando por ano, para garantir o resultado específico anual, verificando se no título ou subtítulo, havia menção à renda básica universal. Há a verificação e levantamento das matérias que continham renda básica apenas no texto, entretanto objeto principal continuava a ser os títulos e subtítulos.

A primeira menção à renda básica se dá em 2007, com uma única matéria no dia 15 de maio: “Suplicy ‘troca’ renda mínima por maioria”. Por questões de limitação tecnológica, a matéria completa não pode ser acessada mas foi indicada nos resultados do ano de 2007. As ferramentas de busca do G1 não indicaram qualquer menção aos termos chave pelos próximos dois anos, quando volta a ser citada em 2010, aparecendo apenas no texto da matéria “Dilma, Marina e Serra apresentam propostas genéricas ao TSE”, de julho daquele ano.

O tema volta a aparecer em 2014, com cinco (5) matérias com os termos “renda básica” ou “renda mínima” nos títulos. Foram duas matérias com o termo “renda básica” no título, dois resultados para a mesma matéria que fora publicada duas vezes: “Navegador fala de internet, renda básica e espectro livre”. A partir desse ano, aparece o programa Renda Mínima de São Paulo, e são essas as três matérias complementares na pesquisa do termo RBU. As notícias sobre o programa são de caráter explanatório e de denúncia, a julgar pelas manchetes, se aproxima do jornalismo factual, apontando atraso do benefício ou até mesmo como se cadastrar.

Em 2016, a opinião do portal é explícita em rejeitar a renda básica universal e criticá-la duramente. À época o debate estava em alta pois na Suíça houve um plebiscito para decidir se o país acataria ao programa de renda básica, o qual foi negado pelo povo. No G1, de oito (8) resultados para renda básica universal, 4 falavam sobre programas de renda do Amapá e do Rio de Janeiro, enquanto os outros 4 mencionavam o caso da Suíça. Em junho, a matéria opinativa “Renda mínima universal: uma boa ideia

---

no papel”, se coloca completamente contrária à proposta, sendo também a primeira matéria de aparente caráter explanatório, uma vez que até o presente momento da análise, nenhum material se propôs a explicar o programa. No ano seguinte não é diferente, e dentre as cinco (5) matérias contendo o assunto, a escolha do título “Por que milhares de pessoas receberão salários sem trabalhar em 2017”, provoca o debate raso sobre o assunto, complementando no subtítulo: “Governos de vários países vêm discutindo possibilidade de conceder rendimento básico a todos os cidadãos, estando eles empregados ou não; proposta de renda básica universal é cercada de polêmica”.

Os dois anos pré-pandemia se dividem em jornalismo factual sobre o assunto, quando em 2018, noticiam atualizações mundiais de programas de renda básica na Finlândia e Itália, e em 2019, publicam coluna de opinião sobre a experiência finlandesa. O debate segue internacional, sem virar os olhos para qualquer proposta, pesquisa ou experiência nacional, sendo atribuído à textos negativos, a exemplo da matéria “As jornadas de 4 dias por semana e o surpreendente desconforto de quem trabalha menos”, na qual a renda básica aparece no texto. Embora o objetivo deste trabalho seja focar nos títulos e subtítulos, não é possível deixar de mencionar tal matéria pois a pesquisa do termo “renda básica universal” leva o leitor a ela, podendo deixar subentendido uma ideia negativa ao programa.

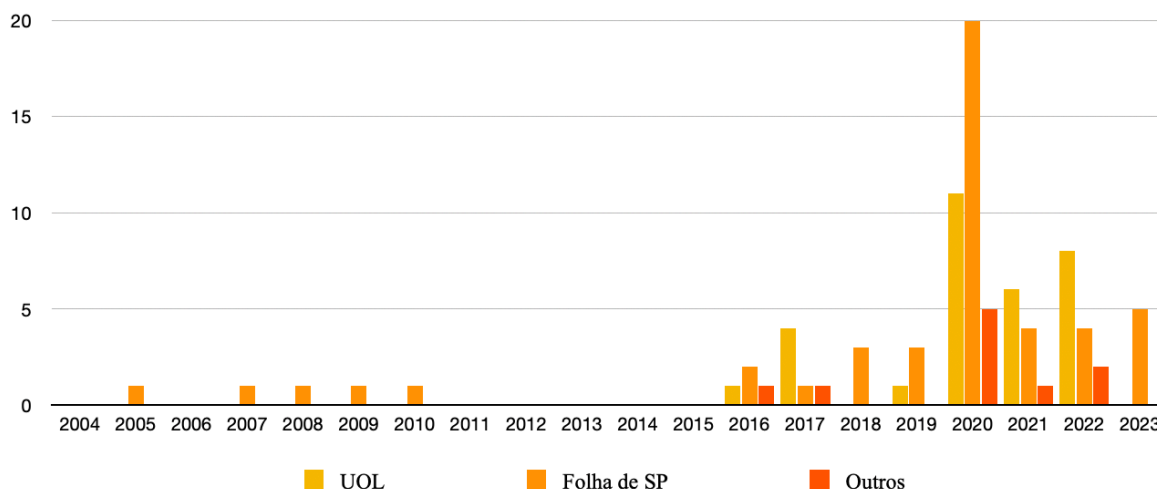
A partir da pandemia, há um considerável aumento na quantidade de matérias contendo renda básica universal no título ou em seu texto, totalizando 13 matérias em 2020, 35 em 2021, 15 em 2022 e 2 no primeiro semestre de 2023. A começar pelo ano da pandemia, 2020, o programa aparece em seu nome completo no título uma vez, com o link para o Serviço de Streaming Globoplay, indicando a matéria do Globonews sobre o economista brasileiro Gustavo Loyola defender a renda mínima básica para combater os impactos do coronavírus. A partir da pandemia, verifica-se uma mudança da opinião que vinha sendo construída desde 2016 pelo portal que, em menos de um ano, publica em julho de 2020, uma matéria completamente oposta à de setembro de 2019, e afirma que jornadas de trabalho menores podem salvar o mundo.



A pandemia da COVID-19 marca a mudança do comportamento editorial do portal G1 para olhar para a realidade nacional, que até então fora mencionada apenas em propostas de governo de candidatos e uma única vez, sobre o vereador Eduardo Suplicy. Em 2021, além das divulgações dos programas de renda básica e auxílio emergencial pelo Brasil, o G1 traz opiniões do sociólogo italiano Domenico De Massi, defensor da renda básica universal, pontuando sobre a defesa do programa, ao alegar que “Crescimento sem emprego veio para ficar”, sem colocar o benefício como algo maléfico por não ser fruto do trabalho direto. Em 2022 o padrão se mantém, dando voz a estudiosos e defensores do programa a exemplo do economista britânico Guy Standing. No primeiro semestre de 2023, os números caem muito e em seis meses apenas dois resultados mencionam a renda básica universal.

### 3.2 PORTAL UOL

Gráfico 2 — “Renda Básica Universal” no Portal <https://www.uol.com.br/> entre 2004 e 2023



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Ao contrário do site do G1, o Universo Online não possui um filtro por data que facilite a demarcação temporal. Para seguir o mesmo padrão de pesquisa dentro do site, foram encontrados 86 resultados para “renda básica universal”, divididos no Gráfico 2 entre aqueles em editoriais do UOL, Folha de São Paulo e demais sites hospedados no

---

UOL. A distinção e destaque dados à Folha de SP, dizem respeito ao jornal ser um dos mais importantes do país e estar hospedado no domínio da UOL.

Acrescentando os dados do UOL, é possível verificar que houve um padrão nacional para mencionar ou discorrer sobre o tema. A fim de conseguir uma noção melhor sobre os anos anteriores à 2010, um novo termo foi colocado na barra de pesquisa, dessa vez buscando pela Lei 10.835. Com essa pesquisa, foi possível identificar duas matérias da Folha de SP, ambas colunas de Eduardo Suplicy, uma em 2007 e outra em 2008. Antes disso, a Lei é mencionada em 2005, no artigo “Os imbróglios da luta contra a pobreza”, o qual menciona a renda básica (positivamente), no texto. Ainda tratando desse recorte anterior à 2010 e a pesquisa específica, há uma menção também em 2009, mas o texto, nem o título (“O Brasil deve adotar nova legislação para divisão dos royalties de petróleo e gás natural?”), indicam qualquer opinião sobre o assunto.

Entre 2010 e 2016 há um vácuo e não há menções diretas à “renda básica universal”, segundo a pesquisa interna na UOL. O assunto volta a ser mencionado em 2016, trazendo a notícia sobre a experiência da Finlândia, também mencionada pelo G1, entretanto, ao contrário do outro portal, a Folha de SP publica matéria em defesa do programa. “Programa de renda básica seria vantajoso para o Brasil” indica que embora existam padrões de comportamento dentro da mídia, os veículos divergem, mesmo aqueles de maior alcance e que aparentemente possuem uma visão homogênea dos acontecimentos.

Em 2017, mais publicações (6), com destaque para a apresentação do programa de renda básica da cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, que até o momento não havia sido mencionada diretamente no plano superficial da notícia. O UOL, ao colocar essa experiência em sua editoria de economia, objetiva levar a atenção do leitor para a realidade nacional, para além dos exemplos internacionais que também estavam sendo noticiados. Os dois anos de pré-pandemia seguem mencionando o programa, em 2018

---

com notícias diretas e factuais e, em 2019, expondo pesquisas e experiências internacionais, sem aparentes conotações negativas.

O contexto da pandemia aumenta consideravelmente as notícias sobre o tema em 2020, totalizando 36 matérias, dentre as quais a Folha defende a RBU e publica matérias tirando o tom da utopia e do impraticável. Há também um tom educativo em meio a opinião, quando em setembro uma coluna diferencia o Bolsa Família da Renda Básica, movimento importante para garantir o devido entendimento sobre ambos os programas e sobre a transferência de renda de modo geral.

No ano seguinte, diminuem a quantidade de matérias (11) mas se mantém a divulgação de colunas de opinião em defesa da RBU e também exposição de materiais internacionais, a exemplo de estudos na Alemanha. Em 2022, com 14 matérias sobre o tema, as mesmas temáticas abordadas pelo G1 ganham outro ponto de vista em defesa do programa na Finlândia, por exemplo, pontuando de início que houve ganhos no bem-estar da população, colocando tal fato como positivo. No primeiro semestre de 2023, menos matérias sobre o assunto (5) em comparação às produções dos dois anos anteriores, entretanto noticiando mais sobre o contexto local e o otimismo de Suplicy para ver a Renda Básica implementada no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os marcos temporais escolhidos para o trabalho mostraram-se válidos, embora a sanção da Lei não tenha causado um movimento expressivo como era esperado, incentivou algum movimento no portal UOL na década de 2000 ainda. O que de fato movimentou expressivamente ambos os portais foi a pandemia, como exposto ao longo da construção da pesquisa. Os aumentos entre 2014 e 2019 não eram esperados por conta da falta de referenciais nacionais, entretanto foram movimentados pelo contexto internacional e pelo debate mundial da Renda Básica Universal, aparecendo poucas vezes para olhar para o contexto nacional. A análise proposta permitiu verificar as mudanças na opinião do portal G1 ao longo dos anos e também da maneira pela qual os títulos passaram a ser mais objetivos e opinativos. Por tratar-se de um tema divisor de

águas, verificou-se essa divisão em ambos os portais e na maneira pela qual se portaram ao longo dos anos, escolhendo como e quando falar sobre. Nesse sentido, percebe-se a importante ligação entre a comunicação e a Renda Básica Universal, a partir do levantamento da abordagem do tema e como há uma escassez na divulgação básica sobre o programa para que haja um debate transparente com os leitores do webjornalismo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

**AS JORNADAS de 4 dias por semana e o surpreendente desconforto de quem trabalha menos.** Portal G1. Editoria Economia. 07 de set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/07/as-jornadas-de-4-dias-por-semana-e-o-surpreendente-desconforto-de-quem-trabalha-menos.ghtml>. Acesso em 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei no 10.835**, de 08 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, Ano 141, n. 6, p. 1, col. 1, 09 jan. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm). Acesso em: 06 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. PROJETO DE LEI Nº 873, de 2020. Altera a Lei n. 10.835/2004, para instituir a Renda Básica de Cidadania Emergencial e ampliar benefícios aos inscritos no Programa Bolsa Família e aos cadastrados no CadÚnico, em casos de epidemias e pandemias. Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8076745&ts=1585930196720&disposition=inline>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Considerações gerais sobre jornalismo na web.** Comunicação apresentada no I Congresso Ibérico de Comunicação (2003).

**COMO jornadas de trabalho menores podem salvar o mundo.** Portal G1. Editoria Mundo. 12 de jul. De 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/12/como-jornadas-de-trabalho-menores-podem-salvar-o-mundo.ghtml>. Acesso em 10 de ago. 2023.

DANA, Samy. Renda mínima universal: uma boa ideia no papel. 13 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/renda-minima-universal-uma-boua-ideia-no-papel.html>. Acesso em 16 ago. 2023.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo.** Brasília: Liber livro Editora, 2008.

ITO, Liliane de Lucena. **MUTABILIDADES NO WEBJORNALISMO E A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO FORMATO DE REPORTAGEM DIGITAL.** Revista Interamericana de Comunicação Midiática, Universidade Federal de Santa Maria, RS, v. 17, n. 35, p. 128-135, 2018.

LAVINAS, Lena. **Os imbróglis da luta contra a pobreza.** Folha de SP. Editoria Especial para a Folha. 27 março 2005. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2703200508.htm>. Acesso em 16 ago. 2023.

MEDEIROS, Jimmy. **Renda Básica na Mídia: uma síntese da cobertura midiática brasileira entre 2017 e 2020.** Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, Rio de Janeiro, n. 66, p. 35-61, 2023.

PARIJS, Philippe Van. **Renda Básica**: renda mínima garantida para o século XXI?. Estudos Avançados, 2000.

\_\_\_\_\_; VANDERBORGHT, Yannick. **Basic income: a radical proposal for a free society and a sane economy**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2017.

**Rankings. Comscore, Inc.** Disponível em <https://www.comscore.com/Insights/Rankings?country=BR>. Acesso em 10 de ago. 2023.

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA. **Site oficial**. Disponível em: <https://rendabasica.com.br/>. Acesso em 9 de ago. 2023.

TRABALHISTA, PARTIDO DEMOCRÁTICO. Linhas gerais do Programa de Governo de Ciro Gomes, do PDT, à presidência da república em 2022. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/882713/5\\_1659989903215.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/882713/5_1659989903215.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

SUPLICY, Eduardo. **O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania**. Texto apresentado no XXXIII Encontro Nacional, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), Natal, Rio Grande do Norte, 2005.

**SUPLICY troca renda mínima por maioria**. Portal G1. 25 de maio de 2007. Redação. Disponível em <https://g1.globo.com/busca/click?q=renda+básica+universal&p=2&r=1691632467056&u=https://g1.globo.com/platb/redacao/2007/05/15/suplicy-troca-renda-minima-por-maioridade&syn=False&key=4927d41e8553e1b6f9f907ee96af19a8>. Acesso em 15 de ago. 2023.

\_\_\_\_\_, Eduardo. **As políticas sociais e o crescimento**. Folha de SP. Coluna Opinião. 28 jan. 2007. Disponível em <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2801200709.htm>. Acesso em 16 de ago. 2023.

\_\_\_\_\_, Eduardo. **Exemplo em Paranapiacaba**. Folha de SP. Coluna Opinião. 16 abr. 2008. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1604200808.htm>. Acesso em 16 de ago. 2023.